

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Estima-se que cerca de duas centenas de psicólogos exercem funções em unidades de saúde do SNS, nos cuidados hospitalares e nos cuidados de saúde primários e não estão integrados na Carreira de Técnico Superior de Saúde. Há psicólogos que apesar de terem título de especialista em Psicologia Clínica e da Saúde atribuído pela Ordem dos Psicólogos Portugueses não estão integrados na Carreira de Técnico Superior de Saúde. São psicólogos que foram contratados no âmbito da Carreira Geral de Técnico Superior.

Há enormes desigualdades e injustiças entre os psicólogos. Os psicólogos com contrato individual de trabalho na Carreira Geral de Técnico Superior, auferem rendimentos inferiores e têm condições diferentes das dos psicólogos com contratos de trabalho em funções públicas integrados na Carreira de Técnico Superior de Saúde, não obstante terem as mesmas competências, desempenharem as mesmas funções, terem o mesmo nível de responsabilidades.

Os psicólogos que estão na Carreira Geral de Técnico Superior não tiveram a oportunidade de realizar o estágio da Carreira de Técnico Superior de Saúde devido ao seu vínculo contratual, isto é, por terem um contrato individual de trabalho.

A criação de entidades públicas empresariais no SNS a par da aplicação do Código do Trabalho nessas instituições, introduziu inúmeras disparidades e injustiças entre trabalhadores. Por isso o PCP defende que todas as unidades de saúde do SNS integrem o setor público administrativo, com autonomia administrativa e financeira e que seja aplicado a todos os trabalhadores o vínculo público de nomeação, pondo fim às desigualdades existentes e que se agravam.

Os psicólogos propõem a abertura de um processo extraordinário de equiparação à Carreira de Técnico Superior de Saúde – ramo de Psicologia Clínica, que permita a integração de todos os psicólogos que exercem funções no SNS, incluindo dos psicólogos com contratos individuais de trabalho. O último concurso em regime extraordinário de equiparação aos estágios de carreira dos Técnicos Superiores de Saúde, em 2011 (Decreto-Lei n.º 3/2011, de 6 de janeiro), excluiu

os psicólogos com contratos individuais de trabalho.

Alguns destes psicólogos exercem funções há quase 20 anos e continuam a ser impedidos de integrar a Carreira de Técnicos Superiores de Saúde, porque tem um contrato individual de trabalho, opção que não resulta da sua escolha, mas porque o Governo impôs às unidades EPE que as contratações sejam nos termos do Código de Trabalho.

Numa década não se conhece qualquer intenção de resolver este problema e de efetivamente pôr fim a estas gritantes desigualdades e valorizar todos os psicólogos que desempenham funções no SNS. Alguns psicólogos estão a abandonar o SNS dada a ausência de respostas do Governo.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1 – Como avalia o exposto?

2 – Reconhece que as desigualdades entre psicólogos, a não integração dos psicólogos clínicos na respetiva Carreira não contribui para a valorização e reconhecimento dos psicólogos, alguns com 10, 15, 20 anos de serviço e que conduz à desmotivação e abandono do SNS?

3 – Que diligências foram tomadas pelo Governo para resolver assegurar ao acesso de todos os psicólogos que desempenham funções no SNS à Carreira de Técnico Superior de Saúde, pondo fim às desigualdades e injustiças existentes entre psicólogos?

4 - Ponderou a possibilidade de abrir um procedimento extraordinário de equiparação aos estágios de carreira dos Técnicos Superiores de Saúde? Se sim, porque não concretizou?

Palácio de São Bento, 4 de janeiro de 2022

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)